

# REFLETINDO SOBRE AS REDES SOCIAIS NO CUIDADO E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE EM FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS DA POPULAÇÃO<sup>1</sup>

## REFLECTIONS ON SOCIAL NETWORKS IN THE CARE AND EDUCATION OF 0-6 YEAR OLD CHILDREN IN MIDDLE CLASSED FAMILIES

Márcia Helena da Silva Fraga<sup>2</sup>  
Maria de Lourdes Mattos Barreto<sup>3</sup>  
Maria das Dores Saraiva de Loreto<sup>4</sup>  
Neide Maria de Almeida Pinto<sup>5</sup>

### 1. RESUMO

Frente às mudanças da família ao longo do seu ciclo de vida, o apoio das redes sociais é fundamental ao enfrentamento de transições tais como o cuidar e educar filhos de 0 a 6 anos de idade. Este estudo descreve os tipos de apoio recebido pelas famílias de camadas médias da população de Bambuí – MG, e seus reflexos na sua qualidade de vida, representadas por docentes de instituição de ensino público federal que chegaram nesta cidade nos últimos 5 anos. Para as famílias, o principal apoio recebido foi o das redes sociais formais: cuidador pago e Instituições de Educação Infantil (IEI), e as limitações foram baseadas na ausência de atendimento pelas IEI a crianças menores de um ano de idade. Estes resultados sugerem reflexos negativos na qualidade de vida da família e na atividade desempenhada no trabalho remunerado.

**Palavras-chave:** Família. Cuidar e educar. Redes Sociais.

---

<sup>1</sup> Este artigo é proveniente da dissertação de mestrado em Economia Doméstica intitulada: *O Programa Bolsa-Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí - MG*, apresentada pelo primeiro autor ao Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Economia Doméstica pelo Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. <denis.rios@ifmg.edu.br> Residente e domiciliado na Rua João Pereira da Silva, 92, centro, em Bambuí – MG, Brasil. CEP: 38900-000.

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento Humano e Educação pela Universidade de Campinas (2001) Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil <mmattos@ufv.br>

<sup>4</sup> Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (1986), Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil <dora@ufv.br>

<sup>5</sup> Doutora em Ciências Sociais - Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2002) Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. <nalmeida@ufv.br>

## **2. ABSTRACT**

Because of family changes throughout its life cycle, the support of social networks is essential to facing transitions such as caring for and educating children 0-6 years old. This study describes the types of support received by families of middle class in Bambuí – MG, and its effects on their quality of life, represented by teaching staff from the federal public educational institution who arrived in the city over the past 5 years. For families, the strongest support was received from the formal networks, paid institutions, and Infant Education Institutions (IEI), and the limitations were based on lack of attendance by IEI to children under one year old. These results suggest a negative effect on quality of life for families and in the performed activity in paid work.

**Keywords:** Family. Caring and educating. Social Network.

## **3. INTRODUÇÃO**

A família, ao longo do tempo, passa por mudanças, derivadas, dentre outros fatores, ao Ciclo de Vida, que engloba os sintomas e as disfunções em relação ao seu funcionamento no decorrer da vida, sendo uma sequência de eventos sociais e papéis que indivíduos assumem em um espaço de tempo. Essa sequência de eventos sociais e papéis podem levar ao estresse familiar, que é geralmente maior nos pontos de transição dos estágios. De um estágio para o outro, no processo de desenvolvimento familiar, os sintomas tendem a aparecer mais quando há uma interrupção ou deslocamento no ciclo de vida familiar em desdobramento, tais como: o casamento, o nascimento e a educação dos filhos, a saída dos filhos do lar, a aposentadoria e a morte.

No moderno casamento, onde estão presentes dois salários e, às vezes, duas carreiras, o conflito central é quanto à disposição das responsabilidades e cuidados com a criança e pelas tarefas domésticas sendo que a participação da mulher no mercado de trabalho não é acompanhada por um modelo mais igualitário de repartições de tarefas domésticas, ficando a maior responsabilidade de “educar” e “cuidar” dos filhos para as mulheres. Quando a família dispõe de uma rede social formal ou informal (instituições de educação ou redes de parentesco), geralmente há uma maior possibilidade de alcançar equilíbrio na conciliação das atividades laborais e familiares. Para a

compreensão desse tipo de rede<sup>6</sup> é necessário entender a palavra chave “vínculo”, que corresponde ao íntimo das relações da pessoa, ao aspecto interpessoal de maior significado afetivo do indivíduo, no qual podemos compreender pela família, a amizade, as relações de trabalho ou de estudo e as relações comunitárias ou de crença religiosa, nos seus mais variados atributos. É no vínculo que se constitui a rede social individual de uma pessoa.

Compreende-se a rede social como a adição de todas as relações que um indivíduo percebe enquanto significados ou diferentes do contexto social, sendo uma extensão do parentesco, da amizade e da classe social. É um circuito social construído por elos de afinidade, formando uma “rede” ou “teia” que liga e une os indivíduos. Nem todos os indivíduos componentes podem ter relações sociais uns com os outros e as relações interpessoais mantidas entre as pessoas e suas influências relacionais no seu cotidiano interferem neste bem-estar. É que o indivíduo, desde o seu nascimento até a morte, participa de uma trama interpessoal que o influencia: a sua rede social.

Cada indivíduo possui uma rede microssocial o que contribui para a construção de si mesmo, seu caráter, da sua visão de mundo e de suas práticas sociais e interações com o mundo em que vive, recorrendo-se a elas quando se deparam com dificuldades, situações estressantes, problemas ou dúvidas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pois oferecem suporte à família e ao indivíduo. O tempo histórico, o contexto socioeconômico e cultural e a fase de desenvolvimento do indivíduo e da família enquanto um grupo constituído pode alterar a composição e função das redes sociais, possuindo, assim, a rede social um caráter dinâmico.

Considerando a importância da família no cuidado e educação dos filhos, pretendeu-se com o presente estudo identificar as redes de apoio às famílias de camadas médias da população, representadas pelos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais (IFMG) - *Campus* Bambuí que chegaram à cidade nos últimos cinco anos. Nesse contexto, pretendeu-se analisar, na percepção das famílias, a importância das redes formais e informais no cuidado e educação das crianças menores de 6 anos de idade.

---

<sup>6</sup> Segundo Portugal (2006), as redes sociais podem assumir três tipos: rede de íntimos, consideradas pelas pessoas como importantes para si mesmo; redes de interação, que compreendem aqueles membros com que as famílias se interagem, em um dado tempo; redes de troca, que incluem pessoas que compensariam ou penalizariam as trocas, que praticam desde ajuda material, prestação de serviços, aconselhamento e companhia.

Considera-se que, conhecendo os comportamentos, valores e temores da família nessa fase de seu ciclo de vida, bem como os suportes com os quais ela pode contar para o cuidado e educação dos filhos, pode-se compreender a extensão e operacionalização das redes sociais perante as famílias de camadas médias da população enquadrando-se na linha de pesquisa “Família, Bem Estar Social e Qualidade de Vida”.

Assim, ao chegarem à cidade de Bambuí, as famílias fazem uma tentativa de adequar as necessidades familiares àquilo que a cidade oferece, em termos de serviços, políticas públicas e infra-estrutura urbana. Em alguns casos, estas famílias podem possuir algum vínculo de parentesco com os habitantes da cidade, o que pode ou não facilitar o apoio ao suprimento das necessidades da família. Podemos também observar que, dentre estas famílias, algumas podem não se satisfazer com as condições de vida oferecidas pela cidade de Bambuí, fazendo-as em alguns casos refletirem sobre sua permanência no local.

Estas considerações nos trazem inquietações sobre a perspectiva das famílias em cuidarem e educarem seus filhos neste ambiente. Assim, questionou-se: faltaria à cidade a infraestrutura necessária para oferecer educação e cuidado para crianças menores de 6 anos? Tal indagação se faz porque a cidade de Bambuí conta hoje, formalmente, com apenas quatro instituições de educação infantil, sendo três delas particulares e uma municipal. Diante desse pequeno número de instituições de educação infantil, não há garantia de que os pais tenham suas expectativas satisfeitas com estas alternativas, preferindo, muitas vezes, buscar outras redes de apoio consideradas mais adequadas às necessidades de sua família.

Entende-se ser necessária esta abordagem, pela família ter um papel importante na formação do indivíduo, pois é no seio da família que se encontra o meio primário à formação e à edificação do caráter que constituirão as individualidades posteriores. No lar, a criança experimenta o primeiro contato social de sua vida, através da convivência com seus familiares. Mas a criança não frequenta e recebe influência apenas da família, mas, também, de outras redes sociais. Destaca-se a importância de se refletir sobre o contexto das famílias de camadas médias da população, analisando a tarefa de cuidar e educar filhos e quais seriam suas redes de apoio bem como os reflexos na qualidade de vida da família.

Discute-se, pois, como as famílias teriam segurança em deixar crianças tão novas e necessitadas de cuidados especiais com pessoas praticamente estranhas, em uma região diferente da sua de origem? Caso não contassem com uma instituição de educação infantil, a que apoio poderia estas famílias recorrer? Questões inquietantes como estas foram trazidas para pesquisa, no sentido de identificar e analisar os problemas vivenciados pelas famílias de camadas médias da população, o apoio que recebem, de quem recebem, como este apoio é acionado e sua adequacidade ao papel que exercem quanto ao cuidado e educação dos filhos menores de 6 seis anos de idade, na perspectiva dos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí.

Assim, destaca-se a importância deste trabalho no sentido de colaborar para a reflexão sobre a qualidade de vida das famílias de camadas médias da população, fornecendo dados para a comunidade local, poder público e iniciativa privada, a fim de que seja oferecido maior suporte institucional às famílias de Bambuí e cidades com contextos similares, conhecendo as necessidades em torno do cuidado e educação de crianças menores de 6 anos de idade.

Desse modo, o problema do estudo centrou-se na seguinte questão: Qual papel as redes sociais exercem no cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos das famílias de camadas média da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí, chegadas nesta Instituição nos últimos cinco anos e, em que situações estas famílias recorrem às redes sociais e, qual sua adequacidade no suporte às famílias?

O objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar as redes de apoio às famílias de camadas de camadas médias da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí que chegaram à cidade nos últimos cinco anos e que estão em fase de expansão do ciclo de vida decorrente do nascimento de filhos ou com crianças de idade de até seis anos, considerando seus nós ou componentes, bem como de seus laços ou a natureza das relações.

Para atender ao objetivo geral, pretendeu-se, especificamente: identificar o perfil socioeconômico das famílias de camadas médias da população, representadas pelos servidores do IFMG – *Campus* Bambuí com filhos menores de 6 anos de idade e que chegaram na Instituição nos últimos cinco anos, caracterizando suas necessidades e limitações para o cuidado e educação dos seus filhos; identificar a tipologia e densidade das principais redes de apoio às famílias pesquisadas, tanto internas quanto externas ao

ambiente familiar; examinar as ações desempenhadas pelas redes sociais e sua eficácia no cuidado e educação das crianças menores de 6 seis anos de idade, na perspectiva de seus pais; analisar a importância das instituições formais de educação infantil e a sua colaboração para com as famílias de camadas médias da população; e, analisar a inexistência ou impossibilidade das famílias acionarem as redes de suporte no cuidado dos filhos, as estratégias adotadas nestes casos e as implicações na qualidade de vida da família.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa, explicativa e descritiva tendo como objeto de estudo as famílias de camadas médias da população, bem como as redes sociais a que recorrem para auxiliar no cuidado e educação dos filhos menores de seis anos de idade.

Construído o projeto piloto, com um roteiro baseando-se nas questões investigativas da pesquisa, conforme os objetivos propostos e nos indicadores empíricos para análise dos dados foi realizada entrevista com técnicos administrativos do IFMG – *Campus Bambuí* para que não houvesse uma repercussão da pesquisa no meio dos docentes, alvos da pesquisa. Após transcritas as entrevistas, verificou-se que os dados não eram suficientes para atender aos objetivos propostos e responder à questão investigativa, sendo revisto o roteiro e adequado ao intento da pesquisa.

A população constituinte desta pesquisa refere-se aos docentes do IFMG – *Campus Bambuí* com filhos menores de 6 anos de idade, incluídos no quadro de efetivos da Instituição nos últimos cinco anos, recebendo assim o auxílio-creche<sup>7</sup>. Em novembro de 2009 (IFMG, 2009), a Instituição possuía, por ocasião da pesquisa, um quadro de 102 docentes. Deste montante, 15 atendiam o critério da amostra, e ao serem convidados 10 docentes aceitaram participar da pesquisa. Portanto, foram totalizadas dez famílias, onde pai e mãe foram entrevistados, totalizando 19 pessoas entrevistadas, pois, faz parte da amostra um docente na condição de viuvez. Deixou-se a cargo dos docentes o agendamento de data, horário e local à sua escolha para as entrevistas.

Os métodos de coleta de dados foram a análise documental e entrevista, estas registradas em gravação, em aparelho de *Mídia Player* (MP) 3, com o consentimento do

---

<sup>7</sup> Auxílio-Creche: ajuda remuneratória paga pelo Governo Federal ao servidor que tenha filhos menores de 6 anos de idade, atualmente no valor de R\$ 89,00.

entrevistado, adotando-se o critério de entrevistar o pai e a mãe em momentos distintos, separadamente, para evitar respostas tendenciosas entre os pais, oferecendo, assim, um grande grau de liberdade nas suas respostas.

Na identificação do perfil familiar, foi feito um levantamento sobre a composição da família, número de pessoas no domicílio, sexo, faixa etária, a idade dos filhos, grau de instrução e condição de ocupação dos membros familiares.

As entrevistas foram transcritas em sua íntegra, a partir da sua audição, sendo observado a organização do material; a identificação de unidades de registro mediante expressões ou frases que indicam conteúdos centrais; a sua categorização e de grades de leitura; e, a final interpretação, feita a partir do referencial teórico selecionado em comparação com as falas.

## 5. REVISÃO DE LITERATURA

Evidenciando a temática família e redes sociais e mantendo o foco na família como instituição em constante processo de mudança, há a proposição de investigar, sob o aspecto conceitual, as proposições da literatura à respeito. Para Pinheiro e Biasoli-Alves (2008) e Bordieu (1998), a palavra família, evidencia a reunião de pessoas aparentadas que habitam numa mesma casa, mais especificadamente os pais e filhos bem como aqueles aceitos por adesão ou adoção, modificando este conceito conforme as mais variadas sociedades, quanto ao tempo e de sua estrutura social, sofrendo interferência dos acontecimentos sociais. Nos grandes centros urbanos, a família nuclear eliminou a família extensa sendo ainda reproduzidos novos arranjos familiares desvinculados de união legal. Neste sentido, essas mudanças estão acompanhadas de alterações de comportamento no contexto religioso, econômico e no espaço sociocultural continuamente renovado e construído.

Greenstein (2000), Rocha-Coutinho (2003) e Wagner *et al* (2005) afirmam que as mudanças relativas à maior participação da mulher no mercado de trabalho e de sustento econômico familiar não foram extensivas às mudanças de divisão das tarefas domésticas e da criação e educação dos filhos. Isso se torna latente quando o senso comum denomina o trabalho doméstico como “trabalho de mulher”.

Segundo Fraser (1987), não pode ser considerada como uma distinção *naturalis* de espécies a distinção entre o trabalho não remunerado de criar filhos pelas mulheres, e

outras formas de trabalho do ponto de vista das funções de reprodução sexual. Nessa averiguação, deve-se obter garantia relativamente aos seus propósitos específicos de análise e avaliação e que necessitam ser comprovados mediante discussão. Para a autora, percebe-se que a classificação *naturalis* da criação de filhos como reprodução simbólica confrontando outro trabalho como reprodução material e de viés ideológico poderia ser utilizada, por exemplo, para tornar legítima a separação institucional entre o trabalho de criação de filhos e o trabalho remunerado.

Kaloustian (1994) ressalta que a família, como ambiente naturalizado, sofre uma desnaturalização em razão de ações internas e externas, bem em função da sua rede de relações na qual se movem os sujeitos da família, interferindo no crescimento da criança. As redes de relacionamento dentro das comunidades constituem um contexto comum de significados que compõem sua cultura, numa ação contínua de troca de informações, crenças e valores.

As redes sociais estão inseridas nos mais diversos campos e áreas do conhecimento tanto pela valorização das relações interpessoais como pelo desenvolvimento das formas de comunicação. Castells (2007) salienta que podemos caracterizar nossa sociedade como sendo de “sociedade em rede”, pois cada rede que vivemos possui uma dinâmica em relação às demais, resultando na “primazia da morfologia social sobre a ação social”. O foco do estudo das redes sociais não deve incidir apenas sobre indivíduos isolados, como destaca Fazito e Soares (2010), mas, sim, sobre os mais variados sistemas interativos de relações existentes nas redes, contextualizando de forma estrutural e levando em consideração as mais variadas interações entre diferentes as dimensões destas redes (micro, meso e macro) e, daí, definir suas características próprias de regularidades e de propriedades estruturais.

Para Wassermann e Faust, *apud* Portugal (2006), há a definição de quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais: i) há a visão de interdependência entre os sujeitos; ii) pela existência de laços relacionais entre atores, percebe-se por esses laços, os canais nos quais circulam fluxos de recursos materiais e humanos; iii) modelos de redes centrados nos apenas nos indivíduos concebem as estruturas relacionais como meios que possibilitam a configuração de constrangimento das ações individuais ou de criar oportunidades; iv) os modelos de redes conceituam a estrutura de relações entre os atores sociais.

Ainda, Portugal (2006), afirma que a forma operacional das redes sociais se dá a partir da elaboração de simples questões: Quem faz parte das redes sociais? Quais os conteúdos dos fluxos das redes sociais? Quais as normas que regulam as ações das redes sociais? Para tanto, analisando a questão “Quem”, ou seja, de análise da morfologia das redes sociais, foram identificados os “nós”, constituídos como os elementos das redes, e os “laços”, caracterizadas pelas relações entre os nós destas redes.

Continuando, em função da estratégia metodológica adotada no dimensionamento dos nós e laços existentes, as redes sociais podem assumir três tipos diferentes: a) as Redes de Íntimos como sendo as importantes para si mesmas; b) Redes de Interação, que verifica o relacionamento de membros externos com os quais, num determinado período temporal, as famílias se interagem; c) Redes de Troca, estando aí incluídos indivíduos que compensariam ou penalizariam as trocas, sendo estas as que vão desde a ajuda material e prestação de serviços, e ainda as formas de aconselhamento e companhia para os familiares (PORTUGAL, 2006).

Estão cada vez maiores os limites impostos à ação de solidariedade entre a rede de íntimos. Com base nesta afirmação, Portugal (2006) nos remete a pensar o papel da família no aspecto da proteção social, pois as atuais mudanças econômicas, sociais e demográficas, baseadas no crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho, o aumento da esperança de vida, a diminuição da dimensão da família como frequência da baixa fecundidade e, finalmente, o envelhecimento demográfico. No grupo dos relacionamentos sociais, estão os decorrentes do convívio espontâneo com inúmeras comunidades.

São incluídos os relacionamentos com a escola, trabalho, clube, comunidade (vizinhos), entidades filantrópicas, religiosas, culturais, dentre outros, que são denominados genericamente de colegas ou companheiros, constituindo-se de aceitações em função da boa convivência. Nesses relacionamentos, destacam-se as instituições responsáveis pelo cuidado e pela educação infantil, que tem tido um grande aumento em função da saída da mulher para o mercado de trabalho, seja pela busca de realizações profissionais, ou mesmo, pela necessidade de contribuir com o orçamento doméstico, seja pela ampliação dos conhecimentos a respeito do desenvolvimento e aprendizagem da criança.

As redes familiares de parentesco, também denominadas por Portugal (2006), como rede de íntimos, tem sido uma das redes mais fortes no cuidado infantil. Segundo Acosta e Vitale (2007), muitas famílias têm se mostrado indecisas em colocar seus filhos de menor idade em instituições ou com familiares, considerando principalmente o fator “confiança”, preferindo a rede de íntimos.

Guardar a criança tem sido mais um trabalho considerado crescentemente como uma responsabilidade social, a caminho da profissionalização. Esse trabalho tem passado de mulheres da casa e do parentesco para outras categorias de mulheres não parentes e profissionais, ainda que amplamente do sexo feminino.

Neste cuidado, são estendidas as terminologias de cunho familiar, tais como a de “tio” e de “tia”, criando-se um personagem destinado a exercer certo papel de educador que incorpora um papel vago e amplo. Outra forma de se recriar a família extensa e também de socializar profissionalmente e “familiarmente” a guarda da criança é trazer pessoas que não são parentes para as redes de parentesco para se ocuparem especialmente com os cuidados com a criança.

De acordo com Macedo (2010), a ação de cuidar abrange aspectos cognitivos e afetivos. Ainda, a palavra “educação” remete o intérprete ao grego *paidagógein* que significa conduzir, sendo compreendida como intrínseco às relações humanas e sociais, ou, de forma mais explícita, ao fenômeno de apropriação da cultura, sendo esta compreendida como expressão de toda criação humana. As práticas de cuidar e educar determina a realização de atitudes e comportamentos que demandam a apreensão de conhecimentos, de habilidades e de valores, tudo potencializado para contribuir para o desenvolvimento da criança, buscando o foco de ajudar a criança a se constituir enquanto pessoa, e melhorar sua condição de vida enquanto cidadão.

Resulta deste modo, que as ações de cuidado são interativas e racionais, eis que demandam a criação de vínculos. O desenvolvimento psíquico da criança se traduz pelas interações entre a criança e o seu contexto físico e social. Por isso, as interações sociais com educadores em geral e demais crianças assumem um papel privilegiado na construção do conhecimento de forma lúdica e afetiva.

No aspecto legal nacional, as conquistas obtidas no campo da educação da criança pequena, advindas principalmente pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), e pela Lei de

Diretrizes Básicas da Educação (BRASIL, 1996), dentre outras, trouxeram consigo, na perspectiva de sua integração, a discussão acerca da relação entre o cuidado e educação. Jóia (2007), afirma que, historicamente, creche e pré-escola se constituíram em dois campos diferentes de atuação.

A pré-escola origina-se com um caráter educacional, preparatório para a escola regular. A creche, porém, em sua origem desde o final do século XIX, possui caráter assistencialista, utilizada como instituição para abrigar e salvar crianças de famílias que não possuíam estrutura para este cuidado, e, em geral, pobres. Nela, havia a preocupação com as questões de higiene, extremamente precária entre as camadas populares, e com a saúde destas crianças, face ao altíssimo grau de mortalidade infantil.

Ainda, para Jóia (2007), a creche teve uma concepção enquanto substituta da mãe, num serviço visto como provisório e emergencial, características estas que prejudicaram a sua expansão e identidade, pois acolhia crianças para que suas mães pudessem trabalhar fora do lar. No período denominado de “guerra fria”<sup>8</sup>, os capitalistas, preocupados com a escolarização e querendo evitar o fracasso escolar, investem de forma maciça na construção de pré-escolas, intentando preparar as crianças para a escola regular, considerando a criança como responsabilidade exclusiva de sua família, demonstrando isenção do Estado, neste sentido. Contrariamente, o bloco “socialista”, objetivava que as crianças deveriam ser educadas em uma concepção de amor e obediência ao Estado, onde este assumia a educação da criança desde a mais tenra idade, sendo privadas de suas famílias quanto ao cuidado, a educação e ao afeto aos filhos.

O Brasil, acompanhando a visão capitalista, promove cisão entre o cuidar e o educar, sendo que o primeiro passa a ser visto como sendo de exclusiva responsabilidade da família; conquanto que o segundo é entendido como uma obrigação do Estado, evidenciando em escolarizar a criança com objetivo de garantia de sua cidadania futura. Nesse raciocínio, as famílias que não possuem condições de cuidar de seus filhos, encontram uma alternativa na utilização de creches, considerando serem elas uma solução provisória (JOIA, 2007). Com os movimentos sociais a partir da década de 1960 e com as alterações da economia, onde aumentava a demanda de

---

<sup>8</sup> Ocorrência histórico-política vivenciada após a Segunda Grande Guerra mundial, onde há a divisão geopolítica mundial em dois grandes blocos, capitalistas, liderados pelos Estados Unidos e os socialistas, liderados pela ex-União Soviética.

ocupação no mercado de trabalho e da renda nos lares, à partir de então, saiu a mulher do espaço privado doméstico, ocupando maior espaço no mercado de trabalho, questionou-se o seu papel, até então exclusivo, quanto ao cuidado e educação das crianças. Resulta, assim, propor uma responsabilidade social compartilhada com o companheiro, com o Estado propondo um número maior de creches para a guarda e educação das crianças.

As Instituições de Educação Infantil (IEI) tem passado por transformações e mudanças como fruto de alterações sociais e legais e novas concepções da criança, da educação e da qualidade dos serviços prestados por estas instituições à sociedade. Finaliza a década de 1980, com o reconhecimento legal do acesso à educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pela letra de seu artigo 208, Inciso IV, determinando que o acolhimento da criança não mais fosse um favor do Estado, mas sim, uma obrigação consubstanciada no direito.

## **6. ANÁLISE DOS DADOS**

Com relação a caracterização das famílias pesquisadas, verificou-se que a idade média dos homens era de 36 anos e a das mulheres de 33 anos. 18 entrevistados eram casados e mais um viúvo. Quanto à escolaridade, 31,58% ou 7 dos entrevistados possuíam o título de Doutorado; 21,05% ou cinco dos pesquisados possuíam título de Mestres; dois (10,52%) dos entrevistados possuíam o título de Especialistas; 15,79% ou três entrevistados possuíam graduação, e, finalmente, três entrevistados (15,79%) tinham concluído a formação no ensino médio, mas com formação superior ainda não concluída.

Com relação à renda familiar, todos os docentes possuíam renda superior a R\$ 3.000,00 mensais e, seus respectivos cônjuges que possuíam atividade remunerada, ganhavam, ao menos, acima de R\$ 1.000,00 mensais, com duas esposas desempregadas. A renda média mensal familiar era superior a R\$ 4.000,00. Apurou-se, ainda, que a média de horas trabalhadas pelos entrevistados era a de 40 horas semanais. Todos os entrevistados residiam na zona urbana da cidade de Bambuí, no tempo médio de três anos e meio, à época da pesquisa.

Todos os entrevistados afirmaram que o motivo da vinda para a cidade de Bambuí se deu pela aprovação de um ou dos dois cônjuges, aprovados em concurso público no IFMG – *Campus Bambuí*.

Quanto às limitações encontradas pelas famílias na sua permanência em Bambuí, foram informadas sobre a deficiência de oferta de residências para aquisição e um sistema municipal de saúde precário, com falta de profissionais especializados e de estrutura para pronto-atendimento e unidade de tratamento intensivo, ocasionando a necessidade de se deslocarem para cidades mais próximas em busca de tratamento médico.

Apenas 30% das famílias entrevistadas possuíam vínculos de parentesco na cidade, influenciando a sua vinda. Os demais 70% afirmaram que vieram de cidades distantes e, tampouco, conheciam anteriormente a cidade de Bambuí.

Verificou-se que a percepção dos homens em relação à família difere da percepção da mulher. 60% dos homens responderam que não tiveram dificuldades em relação à vinda para Bambuí; os demais, afirmaram dificuldades em relação aos cuidados gerais dos filhos. Em contraponto, 62,5% das mulheres responderam que tiveram dificuldades na sua vinda para a cidade de Bambuí, tais como a inexistência de trabalho e na infraestrutura nas áreas de saúde, de educação e de moradia na cidade e 37,5% responderam que não tiveram nenhuma dificuldade.

Outras dificuldades encontradas pelas famílias no sentido de sua permanência na cidade estiveram associadas ao apoio oferecido pelas redes sociais, especialmente as IEI da cidade, que não atendem crianças com menos de um ano de idade e não possuem profissionais especializados na educação infantil, o que não constituíam um suporte satisfatório nas necessidades das famílias em relação ao cuidado e educação dos filhos menores de seis anos de idade. 50% das famílias responderam que, até completarem um ano de idade, os seus filhos ficaram sob a atenção de um cuidador pago; outras 10% afirmaram que ficavam com seus familiares, e ainda, 10% disseram que as crianças ficavam com o cuidador. 30%, as mães não trabalhavam fora, disponibilizando maior cuidado aos filhos.

Encontramos 66,66% das famílias que deixaram os filhos de até seis anos de idade nas IEIs somente no período da tarde, enquanto que, no período da manhã, a criança ficava sob a guarda do cuidador pago e/ou de familiares. Pode-se explicar a

utilização de período parcial dos serviços da IELs pelo fato de que as instituições congêneres da cidade de Bambuí não atendem o cuidado de crianças em período integral. As outras 33,34% das famílias deixavam os filhos com cuidador pago em período integral. Ainda, 77,78% das famílias afirmaram que terceiros ficavam mais de oito horas diárias com a criança enquanto que 22,22% das entrevistadas ficavam menos de oito horas, diariamente, com terceiros.

Trabalhando pelo menos oito horas diárias, em 42,86% das famílias entrevistadas, pagava-se o valor equivalente a um salário mínimo mensal ao cuidador pago, sendo também apurado que sob o mesmo percentual de famílias, era também pago mais que o valor de um salário mínimo mensal. Portanto, em somente 14,29% das famílias entrevistadas eram pagos valores equivalentes a menos de um salário mínimo mensal, proporcional a uma menor jornada de trabalho, inferior a oito horas diárias.

Apurou-se, de um modo geral, a expectativa dos pais de que o cuidador pago seja o responsável em suprir as necessidades tanto materiais quanto emocionais das crianças, substituindo-os nesta tarefa enquanto ausentes, percebendo-se grande preocupação com os seus filhos no sentido de se garantir a sua segurança, acompanhando e monitorando as atividades da empregada no cotidiano, requerendo que comunicassem as rotinas dos filhos.

Para 90% dos entrevistados, há um vínculo que ultrapassa a relação patrão-empregado entre o cuidador pago e a família, variando conforme as expectativas e as experiências de cada família, traduzindo-se nos reflexos das ações do cotidiano e das próprias expectativas familiares.

Nas questões relacionadas ao cuidador pago e a IEL, os pais demonstraram um envolvimento bem menor do que as mães no que diz respeito a relatarem suas preocupações, ansiedades e frustrações. Inferimos pelas suas falas, que o nível de detalhamento é menor e que preferem acreditar que a mulher é quem cuida do filho.

Para atender ao terceiro objetivo da pesquisa, foi questionada a colaboração do pai e da mãe, ou de outro membro da família no cuidado e educação dos filhos. Os pais foram unânimes em afirmar que a mãe colaborava efetivamente no cuidado e educação dos filhos. Dentre as mães, oito das entrevistadas responderam que o pai colabora com o cuidado e educação dos filhos e, apenas uma respondeu que a colaboração do pai não é regular.

Pelos dados, notou-se que 60% das famílias entrevistadas recebiam colaboração de familiares, principalmente os avós maternos, que, mesmo morando em cidades distantes, se deslocavam e permaneciam por um período de tempo com as famílias entrevistadas, auxiliando-as no cuidado e educação dos filhos.

Ainda, 75% dos entrevistados responderam ser a mãe a pessoa responsável pelo preparo e também por levar a criança para a escola. Em 12,5% dos casos, a mãe teve a ajuda da empregada e, em 12,5% das entrevistas, foi relatado que era o pai quem preparava a criança e a levava para a escola.

Verificou-se que 50% das mães seriam responsáveis pela ajuda nas tarefas escolares, 37,5% eram os pais e em 12,5%, apenas o pai. As tarefas escolares são realizadas no período da noite em 62,5% das famílias, imediatamente após a criança retornar da escola para a sua casa e alimentar-se. Os 37,5% restantes eram realizados nos demais períodos. Não se registrou a delegação desta tarefa para a empregada, neste estudo.

O pai e a mãe dividiam a responsabilidade da casa e das crianças aos finais de semana, pois, somente em 30% das famílias, o cuidador pago comparecia aos sábados para trabalhar, optando por dedicarem aos filhos sua atenção e presença para compensar suas ausências durante a semana.

Para 55% das famílias, nunca ocorreram acidentes com a criança na ausência dos pais, algum enquanto que 45% responderam afirmativamente neste aspecto, sem gravidade.

Inferiu-se pelos relatos que o cuidador pago seria considerado como uma rede de apoio formal, de fundamental importância para o apoio da família, principalmente para a criança até um ano de idade. Na sua escolha, todas as famílias relataram suas opções e o processo de contratação sem demonstrar dificuldade em encontrar oferta deste tipo de mão de obra na cidade, mediante rigorosos processos de seleção.

Em 25% das famílias permaneceram com a mesma empregada desde a sua contratação; nas demais, houve mudanças, com acompanhamento dos pais da criança, alternadamente, para que a transição fosse tranquila, inclusive para a criança. Motivos de mudança foram desconfiança, transtornos e descontentamento.

Para 40% das famílias, quanto à idade ideal para frequentar uma IEI, seria de um a dois anos; para outras 30%, seria de dois a três anos; 20% disseram ser ideal de três a quatro anos e, finalmente, 10% relataram ser o ideal a ida em até um ano de idade.

Entre as famílias, 70% das crianças ficam em uma IEI e que, em 40% deste percentual, a opção foi pela impossibilidade da criança ficar sob os cuidados de um familiar. Em 30% das famílias entrevistadas em que se verificou que os filhos não frequentavam IEI, questionou-se este motivo, sendo informado o fator idade como o impedimento para a frequência. Neste caso, em 66,66% das famílias, os filhos tinham menos de dois anos de idade, nas demais 33,34% % das famílias, os filhos tinha menos de um ano de idade.

Para 57,14% das famílias em que os filhos frequentavam IEI responderam estar satisfeitas com o serviço pela IEI. Em 42,86% não estariam totalmente satisfeitas, apontando falhas da escola: aspectos de comunicação deficiente ou inexistência de informações aos pais, falta de planejamento antecipado das atividades e exclusão dos pais no processo de tomada de decisões.

Entre as famílias entrevistadas, 70% delas responderam que houve momentos em que não puderam contar com a ajuda de terceiros no cuidado e educação dos filhos; outros 20% apontaram consequências que refletiram em suas vidas e até mesmo em suas decisões, já que tiveram que ficar em casa para cuidar das crianças, em detrimento de suas ocupações. Num dos casos, a mãe demitiu-se do emprego para dedicar-se ao cuidado dos filhos.

Questionadas se gostariam que o IFMG – *Campus* Bambuí oferecesse apoio no cuidado e educação dos filhos, 80% das famílias entrevistadas manifestaram positivamente o desejo de existência uma creche no local, como já houve anteriormente. Em 20% das famílias entrevistadas, as respostas divergiram das demais, pois uma mãe, docente do IFMG – *Campus* Bambuí, preferiria a flexibilização nos horários de trabalho para que tivesse condições de assistir a filha de três anos de idade.

Pelos relatos, inferiu-se a importância de um acompanhamento mais próximo dos pais e mãe quanto ao cuidado de seus filhos, sendo a melhor opção a instalação de um local para o cuidado das crianças no local de trabalho dos docentes entrevistados, possibilitando uma melhoria, a seu ver, no cuidado de suas crianças.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, que pais e mães de crianças menores de 6 anos de idade foi impossível ignorar as diferenças entre os discursos de cada um dos entrevistados. O mesmo roteiro produzia narrativas muito diferentes entre homens e mulheres. Havia temas que despertaram mais a atenção de uns do que de outros e assuntos que geravam ou longas considerações ou apenas relatos circunscritos. Temas tais como: a relação com cuidador pago despertavam mais nas mães, a necessidade de expressar as facilidades ou dificuldades que decorriam daquela relação, enquanto que nos pais não se notava a mesma necessidade, pois eram sucintos ao falar da relação com os cuidadores, se limitando a classificar como sendo uma “boa relação”. A condição de ser mãe não mais exclui outras funções da mulher, tal como a função de profissional no mundo do trabalho, determinando a aquisição e uso de uma ampla rede social. E a condição de ser pai não persiste como sendo a de único provedor, exigindo-se dele uma maior participação no cuidado e educação de seus filhos.

As redes sociais interferem no cotidiano familiar, com o suporte emocional, que conflui admiração e afeto; o suporte de afirmação, ou seja, o que reforça comportamentos, valores e percepções; suporte instrumental, no qual se efetiva a ajuda material ou simbólica; e finalmente, o suporte de orientação e informação, onde se dá complementos de conteúdos, confirmando a hipótese deste estudo.

Verificou-se neste estudo, que as Instituições de Educação Infantil, enquanto rede social formal, tiveram grande destaque em relação às outras redes formais, como o cuidador pago, porém apesar de sua importância e demanda crescente pelos seus serviços as IEIs da cidade de Bambuí são em número reduzido, não oferecendo alternativas que satisfaçam ao seu público alvo que são as famílias de camadas médias da população.

As informações referentes às famílias pesquisadas no IFMG – *Campus* Bambuí possibilitam uma maior discussão nessa Instituição, pois abrange aspectos comportamentais dos docentes frente a interface trabalho remunerado e sua família. Estes aspectos podem interferir na qualidade de vida da família, refletindo também na qualidade do serviço prestado para a Instituição. Diante de tantas inferências relativas às famílias e suas redes sociais de apoio, conclui-se que apenas uma etapa foi cumprida,

visto que percebeu-se quão extenso é o tema e suas implicações no cotidiano das famílias de camadas médias da população.

O prazer de trabalhar com o tema instigou a reflexão sobre o tema que, a partir de então, foram sendo construídos no sentido de aprimorar o conhecimento relativamente ao cuidar e educar de crianças menores de 6 anos de idade dentro de um contexto da utilização das redes sociais de apoio à família.

A hipótese da pesquisa foi confirmada, no sentido de se afirmar que as redes sociais formais e informais são imprescindíveis no cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos de idade das famílias de camadas médias da população, sendo destacadas como um dos fatores responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar. Mas, além disso, foram vivenciados os problemas das famílias e seus reflexos no trabalho, abrindo uma possibilidade de se desenvolver ações dentro do IFMG - *Campus Bambuí* que possibilitem o aprimoramento da gestão atual do Instituto. Esperamos que os dados de pesquisa contidos aqui sejam uma possibilidade de repensar para todas as partes envolvidas nesta pesquisa, principalmente aquelas que se sentem atingidas pela fragilidade das estruturas de apoio da família.

## **8. REFERÊNCIAS**

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/legislação/constituição.php>> Acesso em 20 set. 2009.

\_\_\_\_\_, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> Acesso em 16 jun. 2010

\_\_\_\_\_, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 16 jun. 2010

CASTELLS. M., **A Sociedade em Rede**, São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FAZITO, D.; SOARES, W. **Análise das Redes de Migração Interna no Brasil (1986-1991): aspectos macroestruturais.** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acessado em: 20 jun. 2010

FRASER, N., O que é crítico na Teoria Crítica. In: CORNELL, D., BENHABIB, S., **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.

GREENSTEIN, T. N., Economic dependence, gender, and the division of labor in home: A replication and extension. **Journal of Marriage and Family**, 62(2), 322-335, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA MINAS GERAIS (IFMG) – *Campus Bambuí*, **Dados funcionais.** Coordenação Geral de Recursos Humanos. (CGRH), Bambuí. 2009.

JÓIA, A. **Cuidar e educar:** determinantes históricos e tendências atuais. Disponível em <<http://www.unicaieiras.com.br/revista1/.../ArtigoAdelaide.htm> Acesso em 15 dez. 2010

KALOUSTIAN, S.M. **Família Brasileira, a Base de Tudo.** São Paulo: Cortez, 1994.

MACEDO, L. C. de, **O cuidado e a educação enquanto práticas indissociáveis na educação infantil.** (2010) Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT07-1824--Int.pdf>> Acesso em 27 jun. 2010

PINHEIRO, M. H. C.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M., A família como base, In: WEBER, L. N. D., (Org.) **Família e Desenvolvimento: Visões interdisciplinares,** Curitiba: Juruá, 2008

PORTUGAL, S. **Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar.** Tese de Doutorado em Sociologia, 2006, Coimbra, FEUC.

ROCHA-COUTINHO, M. L., Quando o executivo é uma “dama”: A mulher, a carreira, e as relações familiares. Em T. □eres-Carneiro (Org.), **Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas** . Rio de Janeiro: NAU. (p.15-30) 2003

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papeis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teorias e Pesquisas.** Vol.21 no.2 Brasília May/Aug. 2005

\*Recebido em 15 de junho de 2011 Aceito em 27 de julho de 2011.